

A Europa Mundo

Álvaro de Vasconcelos

O politólogo marroquino Abdallah Saaf, preconizou nestas páginas a «europeização» do mundo. Esta europeização não tem nada a ver com um qualquer sonho neo-colonial ou com a transformação da União Europeia numa superpotência imperial competindo com outras grandes potências pela partilha do mundo.

Num dos artigos mais interessantes sobre a Europa publicados ultimamente, o filósofo alemão Habermas e o francês Derrida relembram que a União não se construiu apenas na recusa do nacionalismo extremo e fratricida europeu, mas na consciência crítica do colonialismo. A consciência da barbárie do imperialismo europeu, aquilo a que alguém chamou “as lágrimas do homem branco”, apesar de ser menos assumida como parte do «património negro» da Europa, não é menos essencial quando falamos do lugar da Europa no Mundo. Os milhões de europeus que se manifestaram contra a guerra no Iraque não o fizeram por simpatia pelo regime cruel e tirânico de Saddam Hussein, mas pela recusa de toda a nova investida dos seus países nas paragens dos seus antigos impérios.

É pelo enraizamento na cultura europeia dos malefícios do colonialismo que podemos falar, sem perigo de eurocentrismo, do projecto de Europa Mundo. Para a Europa ser plenamente mundo, ela tem que continuar a conceber a sua integração como o modelo que faz adivinhar o mundo de amanhã, como uma etapa para a organização do mundo, como dizia Jean Monnet.

Para que assim seja, a União tem que se construir como uma Europa aberta, plural e diversa, alargando-se progressivamente, de diferentes modos, aos seus vizinhos, nos antípodas da «fortaleza Europa» que alguns preconizam. Uma Europa que assume plenamente que a sua crescente diversidade cultural, religiosa e racial é um sinal de que, depois de ter conquistado o mundo, o mundo a está a conquistar no interesse comum da humanidade. Para a Europa aberta, as relações que os seus Estados membros têm com as mais diversas regiões do mundo são um enorme trunfo e devem ser uma componente essencial da sua política internacional.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deve ser um exemplo dessa abertura da Europa ao mundo. Que assim pode ser, atesta-o já o estatuto de cidadania luso-brasileira segundo o qual os cidadãos dos dois países gozam em reciprocidade de direitos políticos que vão até à eleição para o parlamento. Com o objectivo de alargar esses direitos a todos os países lusófonos, Cabo Verde propôs um estatuto de cidadania da CPLP. A concretizar-se, será um feito extraordinário, sobretudo perante a emergência do nacionalismo identitário e da recusa do outro.

A Europa aberta é o melhor exemplo que podemos dar ao mundo. Concretizá-lo significa abandonar sonhos de ser superpotência num mundo multipolar ou de uma Europa unida aos Estados Unidos num mundo unipolar. Nos dois casos, perder-se-ia o que há de inovador e único no projecto europeu. Trata-se indiscutivelmente de construir um actor internacional diferente e que por isso mesmo não pode ser comparado às potências do passado. Um actor internacional que fará da defesa da democracia, dos direitos do homem, da justiça internacional, a sua identidade. Ou seja, um actor que está disponível para se dissolver se a ordem internacional aceitar as normas e as regras que seguem já as relações entre os Estados da União. O que dito assim pode parecer uma utopia é, do ponto de vista dos princípios, a única forma de legitimar a política internacional da União. Como gosta de lembrar Celso Lafer, este argumento só tem um pequeno senão – é que o mundo é ainda um lugar muito perigoso, que não se rege sempre, longe disso, por regras e normas, e onde o uso da força é, muitas vezes, uma necessidade vital. Sem dúvida que Celso Lafer tem razão, e que a União, para pesar significativamente na ordem internacional, tem que ter unidade e capacidade militar. Mas esse poder tem que estar ao serviço dos valores da União e não na recuperação do sonho de potência de qualquer Estado europeu, disposto a partilhá-lo ou não com a superpotência americana.

É a partir desta visão da Europa aberta que se deve analisar os resultados da Convenção e da sua proposta de constituição. A discussão sobre o preâmbulo da constituição foi deste ponto de vista reveladora e os membros da Convenção tiveram toda a razão em recusar uma definição cultural ou religiosa da União, contrária ao espírito da sua constituição não escrita. É reconfortante poder ler que « "unida na diversidade", a Europa [hes] oferece as melhores possibilidades de [...] prosseguir a grande aventura que faz dela um espaço privilegiado de esperança humana». Não fecharam de novo a porta,

como alguns pretendiam, à futura adesão da Turquia plenamente democrática mas maioritariamente muçulmana.

Com esta Constituição, se for aprovada, a União consolida no continente europeu, por enquanto de Portugal à Polónia e à Estónia, um espaço de democracia, cidadania e justiça, garantido por instituições federais. Com a Constituição teremos uma Europa onde saberemos melhor como as decisões são tomadas, onde os cidadãos verão os seus direitos reforçados e em que o recurso à justiça europeia será possível para um maior número de questões.

Se filmarmos o mundo, veremos que há uma região onde, apesar dos seus enormes problemas, se consolidou o projecto de integração. Mas uma ligeira abertura do ângulo de filmagem mostrará homens e mulheres que morrem nos mares que circundam a Europa, impedidos de alcançar «o paraíso». Uma abertura maior, mostrará um mundo em que três mil milhões de pessoas vivem com menos de 2 euros por dia e em que a tirania e a guerra são, em muitos países e regiões, a regra. Será que a Convenção dotou a União com os instrumentos necessários para agir no mundo, para concretizar a esperança de que fala o preâmbulo da Constituição?

Pela força do exemplo, sim, certamente, mas não como um actor capaz de influenciar decisivamente o estancar das crises internacionais. O domínio em que os progressos são menos sensíveis é na política externa e de segurança: o direito de veto foi mantido e a política do consenso, que é quase sempre a da inacção, será ainda mais difícil a 25.

Das reformas existentes para dar mais eficácia à União, uma poderá ter grande impacto na política externa: o fim das presidências rotativas. Não porque seja o caminho para um directório, que não é, pois as divergências entre os grandes sobre o modelo europeu são enormes – pensemos só na Alemanha e na Inglaterra. É que com o fim das presidências rotativas a União perderá em diversidade e diminuirá a capacidade dos países membros em influenciarem a agenda da União de acordo com a sua sensibilidade particular. Na política externa, o pouco que se ganha em eficácia, nomeadamente com a indicação de um ministro dos Negócios Estrangeiros, pode perder-se em poder de atracção. Lembremos, por exemplo, o papel que as presidências espanholas e portuguesas representaram para a aproximação com a América Latina em geral e o Mercosul em particular. Uma forma de equilibrar a perda das presidências teria sido a criação de um senado, como foi preconizado por Guilherme d'Oliveira Martins, com uma poderosa comissão de política externa. Talvez numa Europa a 25 ou a 30 o fim das presidências rotativas fosse inevitável, mas é necessário encontrar formas de reflectir na agenda da política externa a diversidade da União.

A Europa ainda não é mundo e muito menos é o mundo «europeu». Houve progressos significativos na política interna europeia, embora a questão da integração dos imigrantes ainda não seja assumida como um dever e uma política europeia. No entanto, no plano da política internacional, os progressos são menos notórios, e estão mesmo longe dos que a Convenção deixava antever, como se as divisões na guerra com o Iraque tivessem quebrado a dinâmica em relação à política externa e de defesa. Ora, hoje, depois do Iraque, mais do que nunca, a Europa é essencial à regulação multilateral do mundo. Resta também definir a compatibilidade entre o projecto de Europa mundo e a América mundo, que Alfredo Valladão vaticinou se seguiria ao fim da guerra fria.